

MANUAL DO EMPREENDEDOR

MÓDULO II – CONDOMÍNIOS E EDIFICAÇÕES

Dezembro/2024

SUMÁRIO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	3
1.1. <i>Objetivo</i>	3
1.2. <i>Aspectos Gerais</i>	3
1.3. <i>Etapas do Processo</i>	4
2. CONSULTA DE VIABILIDADE	4
3. APRESENTAÇÃO DE PROJETO	6
3.1. <i>Orientações para o Projeto de Água</i>	7
3.2. <i>Orientações para o Projeto de Esgoto</i>	7
4. LIGAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO	9
5. ANEXOS	9
6. APROVAÇÃO	9

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Objetivo

O presente módulo tem por objetivo informar os procedimentos necessários para se obter a autorização da interligação do empreendimento ao sistema público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos municípios em que os serviços estão sob concessão da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

1.2. Aspectos Gerais

Os empreendimentos sujeitos a aplicação deste Manual são aqueles apresentados junto as Informações Preliminares.

Para sistemas de condomínios horizontais a CASAN disponibilizará uma única ligação de água e esgoto na testada do imóvel, ficando a critério do interessado a individualização do sistema hidráulico das unidades internas da edificação.

Para condomínios verticais que existam unidades autônomas de categorias de uso distintas (residencial, comercial e/ou industrial), a CASAN poderá executar ligações de água e esgoto independentes.

O sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário interno ao empreendimento não é de responsabilidade da CASAN, porém deverá ser projetado e construído em observância às Normas Técnicas vigentes de modo a assegurar o atendimento pleno do empreendimento.

A análise de projeto e da consulta de viabilidade efetuada pela CASAN tem por objetivo verificar se o empreendimento poderá ser abastecido de forma regular a partir da vazão e pressão disponibilizada na rede pública, no local onde irá ocorrer a interligação do condomínio ou edificação, bem como verificar a capacidade da rede de esgoto existente para receber as vazões do empreendimento.

São de responsabilidade do interessado os custos referentes às melhorias operacionais necessárias para viabilizar o abastecimento de água e o esgotamento sanitário do empreendimento, conforme parecer técnico da consulta de viabilidade. Caso houver interesse da CASAN, através de justificativa técnica poderá ocorrer parceria no custeio da obra, visando maior abrangência e melhoria do SAA e do SES considerando o beneficiamento da região de entorno.

No transcorrer do processo de projeto e execução da obra, devem ser levados em consideração os seguintes prazos de validade:

- O prazo de validade da Consulta de Viabilidade Técnica é de 1 (um) ano, a partir da emissão da declaração de viabilidade: o empreendedor deverá dar entrada no processo de análise de projeto dentro do prazo de validade da consulta, caso contrário terá de requisitar e pagar nova consulta para verificação da continuidade da viabilidade frente às possíveis modificações na operação do sistema.
- O prazo de validade da autorização de ligação é de 3 (três) anos, contados a partir da data de emissão: a ligação do empreendimento ou redimensionamento da ligação existente deve ser solicitado dentro deste prazo.

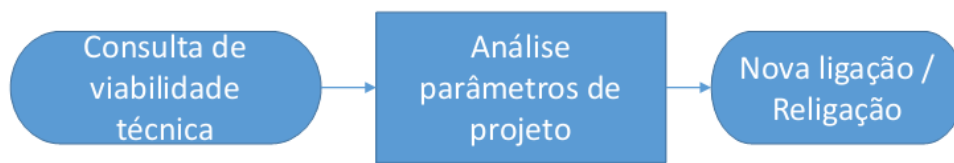
Expirados os prazos de validade apresentados, deverá se iniciar um novo processo de análise a partir da consulta de viabilidade, de acordo com a normatização vigente, com novo pagamento das respectivas taxas.

Durante o processo de análise do projeto, o empreendedor deverá adequar e aprovar seu projeto em até um ano após a primeira análise da CASAN. Passado um ano após a primeira análise, sem o término e a aprovação do projeto, o empreendedor deverá pagar uma nova taxa de análise para que o projeto seja submetido a uma nova reanálise.

A taxa de análise de projeto possui um valor fixo a ser cobrado independente da análise envolver a parte de esgotamento sanitário, além do abastecimento de água. Após o pagamento da taxa o solicitante deverá submeter o projeto para análise em até 6 meses, após este prazo o protocolo será cancelado.

1.3. Etapas do Processo

Para a interligação do empreendimento ao Sistema de Abastecimento de Água Tratada (SAA) e ao Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da CASAN as seguintes etapas deverão ser seguidas:



Inicialmente, o empreendedor deverá solicitar junto ao atendimento ao público da CASAN um Pedido de Consulta de Viabilidade de Abastecimento de Água Tratada e outro para o Sistema de Esgotamento Sanitário para o empreendimento do interessado, momento no qual o setor de atendimento emitirá as devidas taxas. Munida da comprovação de pagamento das taxas e baseada nos dados fornecidos pelo interessado a CASAN emitirá um Parecer de Viabilidade Técnica prestando as informações pertinentes ao solicitante para a elaboração dos projetos hidrossanitário do empreendimento.

Considerando os apontamentos apresentados na declaração de viabilidade e os critérios de projeto presentes neste Manual, o empreendedor deverá elaborar o projeto de seus sistemas de água e esgoto e submeter à CASAN para análise, atendendo correções e ajustes conforme parecer do analista caso necessário até o processo restar aprovado, o que culminará na emissão da Autorização de Ligação. No caso de ausência de especificações no Manual, deverá ser adotado o critério apontado pelo analista conforme justificativa técnica.

A aprovação dos parâmetros de projeto apresentados assegura o atendimento da CASAN ao empreendimento, desde que o empreendimento seja executado conforme documentação apresentada e a ligação executada conforme Autorização de Ligação.

2. CONSULTA DE VIABILIDADE

O interessado deverá solicitar à CASAN a CONSULTA DE VIABILIDADE DE ATENDIMENTO para interligação de seu empreendimento ao Sistema de Abastecimento de

Água e/ou do Sistema de Esgotamento Sanitário, onde será aberto o protocolo do pedido e emitida a Conta Serviço (fatura) para cada consulta, água e esgoto. Para início da análise o solicitante deverá:

- a) Apresentar o Formulário STEC/022 (Anexo 1) preenchido e assinado;
- b) Efetuar o pagamento da Taxa de Consulta de Viabilidade emitida pela CASAN.
 - i. Água: código 5934 – RA CONSULTA VIAB. EDIF./LOTEAMENTO.
 - ii. Esgoto: código 6934 – RE CONSULTA VIAB. EDIF./LOTEAMENTO.

A área técnica da CASAN de posse da STEC/F/022 e da confirmação de pagamento, mediante análise do SAA e/ou SES da CASAN em que o empreendimento poderá ser interligado, emitirá a cada consulta uma Declaração de Viabilidade para o solicitante.

A Declaração de Viabilidade só terá validade quando emitida por profissional, do quadro efetivo da empresa, de nível técnico (técnico de saneamento ou técnico de edificações) ou engenheiro (sanitarista ou civil) e será disponibilizada nos locais de atendimento ao público da CASAN via SCI (Sistema Comercial Integrado), mediante apresentação do protocolo.

A critério do profissional responsável pela viabilidade, a Declaração poderá ser enviada por e-mail ao solicitante, com o devido registro de envio no SCI.

Mediante análise da Consulta de Viabilidade, a CASAN deverá informar na Declaração:

- Consulta de viabilidade para SAA:
 - Local e pressão no ponto de interligação;
 - Necessidade de melhoria operacional.
- Consulta de viabilidade para SES:
 - Localização do ponto de interligação;
 - Necessidade de melhoria operacional;
 - A área de abrangência do licenciamento ambiental do SES local, em operação.

Caso a interligação do empreendimento a um SAA e/ou SES da CASAN em operação, exija melhorias nesse sistema existente para atender a nova demanda gerada pelo empreendimento, deverão ser informadas na Declaração de Viabilidade as melhorias necessárias. Quando estas melhorias beneficiarem outras comunidades atendidas pelo sistema em análise, além do empreendimento em questão, a CASAN poderá propor na Declaração de Viabilidade parceria para execução das obras.

Com relação à área de abrangência do licenciamento ambiental do SES da CASAN, se faz necessário levar em conta se a área do empreendimento está dentro da área já licenciada pela CASAN. Em caso negativo, em que o empreendimento esteja fora da área de cobertura da CASAN, caberá ao empreendedor providenciar o devido licenciamento ambiental.

Obs.: Mesmo que operacionalmente o sistema tenha folga, que seja viável economicamente e a emissão do documento Consulta de Viabilidade sendo favorável à interligação no SES, ainda assim, se faz necessário constar que a área do empreendimento está fora da área licenciada pela Companhia.

Fazer este trâmite é necessário, por parte do empreendedor, para se fazer possível o recebimento da doação pela CASAN. Após essa tramitação é que a CASAN solicita a incorporação desta nova área à licença junto ao IMA.

O interessado de posse do parecer da Consulta de Viabilidade Técnica elaborará o projeto para apresentação à área técnica da CASAN.

3. APRESENTAÇÃO DE PROJETO

Mediante a APRESENTAÇÃO DE PROJETO será emitida da Autorização de Ligação (conforme modelo em anexo). Para isso o interessado deverá solicitar à CASAN a abertura do protocolo de análise de projetos e emissão a guia para pagamento da taxa. O projeto deverá ser encaminhado à área técnica da CASAN para ser analisado, contendo minimamente:

- a) Documento emitido pela Prefeitura Municipal comprovando a viabilidade do empreendimento (alvará de construção ou projeto arquitetônico com selo de aprovação da prefeitura);
- b) Declaração de Viabilidade da CASAN;
- c) Planta de locação, indicando o ponto de interligação com a rede existente da CASAN conforme a Declaração de Viabilidade;
- d) Plantas do projeto hidrossanitário, somente aquelas que apresentem:
 - Abastecimento de água - locação dos reservatórios (inferior e superior), dimensões e volume dos reservatórios, esquema vertical com as cotas dos reservatórios e do abrigo do hidrômetro, locação do abrigo do hidrômetro.
 - Esgotamento sanitário – locação e detalhes das caixas de retenção de sólidos grosseiros, de gordura (CG) e de quebra de pressão em caso de recalque, traçado do ramal predial com identificação das caixas de inspeção/passagem (internas), interligação do subcoletor no ponto de coleta da CASAN e destino das águas pluviais.
- e) Memorial hidrossanitário – Descritivo e de Cálculo contendo: dados gerais da obra (nome, endereço, proprietário, número de unidades); estimativa populacional e de consumo; localização, dimensões e volumes dos reservatórios; descrição da caixa de gordura e caixa de retenção de sólidos; informar se há reaproveitamento de águas pluviais e águas cinzas;
- f) Documento de responsabilidade técnica, perante o conselho de classe, do projeto hidrossanitário;
- g) A critério do analista outros documentos poderão ser solicitados.

Devem ser observadas as resoluções da Agência Reguladora local para a elaboração do projeto hidrossanitário e execução das ligações de água e esgoto, além das normas técnicas pertinentes.

O consumo per capita a ser considerado no projeto deverá atender o que consta no **Anexo 2**.

Após a constatação do pagamento da taxa de análise de projeto e da entrega de todos os documentos listados acima, o projeto será analisado pela área técnica da CASAN que poderá solicitar informações complementares, outros documentos ou alterações nos documentos

entregues. Toda documentação necessária para análise do projeto do empreendimento deverá ser custeada pelo empreendedor. Uma vez deferido o processo será emitida a Autorização de Ligação (**Anexo 3**).

A Autorização de Ligação terá validade quando emitida por profissional de nível técnico (técnico de saneamento ou de edificações) ou engenheiro (sanitarista ou civil) do quadro de funcionários efetivos da empresa e deverá ser entregue ao solicitante no local onde se originou o processo, mediante apresentação do protocolo. A critério do profissional responsável pela análise, o parecer poderá ser enviado por e-mail ao solicitante.

Uma vez autorizada a ligação, a CASAN ficará com uma via da documentação apresentada durante o processo de análise.

3.1. Orientações para o Projeto de Água

Deverão ser observados os parâmetros e critérios apresentados pela norma “ABNT NBR 5626 – Instalação predial de água fria” e as resoluções da Agência Reguladora local para o projeto e execução das instalações prediais de água potável. Para autorizar a ligação de água do novo empreendimento a CASAN exige que sejam atendidas as seguintes condições:

- a) Consumo per capita conforme Anexo 2. A critério do analista da CASAN, poderá ser adotado valor maior, o qual será informado através da consulta de viabilidade técnica; eventualmente poderá ser aceito per capita menor em edificações populares/baixa renda;
- b) Taxa ocupacional de 5 habitantes por economia. Imóvel com até 02 dormitórios adotar taxa ocupacional de 2 habitantes por dormitório;
- c) O abrigo do hidrômetro deve ser instalado na testada do imóvel em local de livre acesso, com a instalação de um registro no alimentador predial localizado a 30 (trinta) cm do abrigo;
- d) Poderá ser exigida a instalação de uma torneira de jardim após registro instalado no alimentador predial, para possibilitar a verificação da qualidade e da disponibilidade (pressão);
- e) Em caso de uso de outras fontes de água ou reaproveitamento de águas, pluviais e cinzas, não poderá haver interconexão com a tubulação de água potável fornecida pela CASAN, de modo a impossibilitar a contaminação da água da rede pública;
- f) O abastecimento direto ao reservatório superior somente será aceito caso a cota de entrada do reservatório não exceda 10 metros do nível do logradouro, caso contrário será obrigatório a construção de cisterna com uso de bombeamento.

O efluente do extravasor (ladrão) dos reservatórios deverá ser lançado em local visível, de fácil percepção dos usuários do imóvel em caso de extravasamento, ou previsto alarme para informar a ocorrência de extravasamento.

Os projetos hidrossanitários devem ser preferencialmente apresentados em 3D.

3.2. Orientações para o Projeto de Esgoto

Deverão ser observados os parâmetros e critérios apresentados pela norma “ABNT NBR 8160 – Sistemas prediais de esgoto sanitário” para o projeto e execução das instalações prediais de

esgoto da edificação. Para autorizar a ligação de esgoto do novo empreendimento a CASAN exige que sejam atendidas as seguintes condições:

- As instalações destinadas a coleta e destinação de águas pluviais não poderão ser interligadas às instalações de esgoto sanitário, bem como ralos de áreas externas e demais dispositivos sujeitos a coleta de águas pluviais;
- Deverão ser previstas caixas de gordura (CG) para tratamento dos resíduos gordurosos – retenção da gordura, conforme estabelece a NBR 8160 (como pias de cozinhas, máquinas de lavar louça e churrasqueiras). As caixas deverão ser dimensionadas de modo a impedir o arraste de gordura e resíduos gordurosos à rede pública de coleta de esgoto, possibilitando fácil acesso para a devida manutenção/limpeza periódica;
- Deve ser prevista caixa de retenção de sólidos em material resistente a corrosão, preferencialmente com grade em aço inoxidável, com abertura mínima de 25mm e máxima de 30mm, conforme Anexo 4;
- A ligação do imóvel na caixa de inspeção (CI) ou no terminal de inspeção e limpeza (TIL) deverá ocorrer através de uma única tubulação precedida da caixa de retenção de sólidos dentro do lote;
- Em situações que a cota do lote estiver em cota próxima ou inferior ao greide do logradouro, recomenda-se a instalação de válvula de retenção para impedir o refluxo do esgoto;
- Para imóveis que forem fazer uso de sistema de bombeamento para recalcar o esgoto até a cota do ponto de ligação, faz-se necessária a execução de uma caixa de quebra de pressão a montante da conexão à CI ou ao TIL, onde serão conduzidos em conduto livre, cabendo ao usuário a responsabilidade pela sua execução. Como modelo da caixa de quebra de pressão poderá ser utilizado o projeto padrão de CI;
- A ligação do empreendimento deve ocorrer através do logradouro informado na Declaração de Viabilidade.

O diâmetro máximo admissível do ramal predial, tubulação predial que a interliga o empreendimento ao sistema público (CI ou TIL), deve atender a tabela apresentada abaixo:

CI	Anel DN 400	Ramal DN150	Até 12 economias
	Anel DN 600	Ramal DN200	> 12 economias
TIL	DN 100	Ramal DN100	Até 12 economias
	DN 150	Ramal DN150	> 12 economias

Ao interligar o empreendimento ao dispositivo disponibilizado pela CASAN para a ligação de esgoto, devem ser tomadas as devidas providências para que não entre entulho e solo na rede coletora, realizando acabamento em argamassa na interface entre o ramal predial e o corpo da CI para que não ocorra infiltração de água do terreno e arraste de solo.

Caso identificado o lançamento de águas pluviais, resíduos sólidos ou resíduos gordurosos na rede coletora de esgoto, o imóvel estará sujeito às penalidades previstas nas resoluções das Agências Reguladoras que regulamentam a prestação dos serviços de esgotamento sanitário.

Poderá ser acordada alguma melhoria no sistema da CASAN de forma a priorizar a ligação do empreendimento no SES da CASAN.

4. LIGAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO

Para a execução da ligação de água, ou redimensionamento de ligação, o interessado deverá solicitar o serviço junto ao atendimento da CASAN munido da Autorização de Ligação e documentos para identificação pessoal e da propriedade do imóvel.

Tratando-se de ligação de água, após a solicitação de ligação junto ao atendimento, a CASAN vai até o local verificar a conformidade do abrigo padrão construído pelo solicitante e das peças hidráulicas e posteriormente encaminha uma equipe para realizar a ligação de água. A CASAN somente irá realizar a ligação de água após constatar que o abrigo padrão foi executado pelo solicitante conforme modelo apresentado no **Anexo 5**.

A conexão do empreendimento à rede coletora poderá ser executada pelo solicitante de acordo com os termos da viabilidade de esgoto e após o recebimento da Autorização de Ligação de esgoto.

5. ANEXOS

Anexo 1 - STEC/F/022 – Consulta de Viabilidade.

Anexo 2 - Consumo Per Capita.

Anexo 3 - Autorização de Ligação de Água.

Anexo 4 - Modelo Caixa de Retenção de Sólidos (Gradeamento).

Anexo 5 - Modelo Abrigo Padrão de Hidrômetro para grandes consumidores.

Anexo 6 - Materiais e montagem de cavalete para grandes consumidores.

6. APROVAÇÃO

Eng.º PEDRO JOEL HORSTMANN

Diretor-Presidente, em exercício

Diretor de Operação e Expansão



Assinaturas do documento



Código para verificação: **86IRG9U0**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PEDRO JOEL HORSTMANN (CPF: 573.XXX.949-XX) em 30/12/2024 às 13:50:00

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/07/2021 - 08:54:07 e válido até 20/07/2121 - 08:54:07.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://sgpe.casan.com.br/portal-externo/conferencia-documento/Q0FTQU5fMV8wMDExNTYyOF8xMTU2MjhFMjAyNF84NkISRzIVMA==> ou o site

<https://sgpe.casan.com.br/portal-externo> e informe o processo **CASAN 00115628/2024** e o código **86IRG9U0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.